



REUNIÃO DA COMISSÃO POLITICA

Dia: 6.11.90

Conclusões

1 - Sobre a aterragem no Sal de um avião desconhecido

A Comissão Política apreciou a informação referente a um avião desconhecido (sem distintivo exterior e sem aviso prévio) que aterrou de emergência no arreoporto internacional «Amílcar Cabral», no passado dia 4, proveniente dos EUA e com escala em Campinas - Brasil, onde terá recebido um carregamento de material sobressalente destinado a Chipre.

Não obstante os procedimentos legais recomendados pelas normas internacionais em casos dessa natureza e as medidas tomadas pelas autoridades locais para guardar e impedir a saída dessa aeronave sem que fossem apuradas as suas responsabilidades por essas infracções, o a mesma, numa atitude isolada, foi autorizada a levantar voo na madrugada de hoje, pela Secção de Movimento do mencionado aeroporto.

Porque não é a primeira vez que factos desta natureza acontecem e com vista ao apuramento de responsabilidades, a Comissão Política recomendou:

- a) O encaminhamento do assunto ao Ministro dos Transportes, Comércio e Turismo para averiguações e apuramento de responsabilidades;
- b) A recolha de mais dados sobre este caso para informação à Embaixada dos EUA na Praia, sobre a actividade dessa aeronave, que era procedente do território norte-americano.

2 - Sobre as listas de candidatos a deputados à ANP

A Comissão Política apreciou o documento preparado pela Comissão do Partido para as Eleições, ainda incompleto por insuficiência de dados dos Sectores, o qual foi apresentado pelo Presidente da aludida Comissão, Camarada Basílio Ramos e, sobre ele, opinou:

2.1 - Que os cabeças de lista indigitados, embora haja uma ou outra contestação (Praia Rural I e II, S. Nicolau e Santa Catarina), dumã maneira

geral, dão satisfação. No entanto a Comissão Política acordou na substituição do Camarada Adriano Lima, proposto para o círculo de Santo André, pelo Camarada Armindo Maurício e, em relação à Brava, optou por uma decisão após o regresso do Camarada Burgo dessa ilha. Quanto A S. Nicolau, aconselhou a uma tomada de decisão após o regresso daquela ilha do Camarada Irineu Gomes e duma deslocação aí do Camarada Basílio Ramos, para auscultação de pessoas influentes no meio.

Reconheceu, ainda, a necessidade de se conhecerem mais pormenores quanto a eventuais contestações dos nomes dos Camaradas propostos para Santa Cruz e Tarrafal, que parecem basear-se no facto deles não serem naturais desses círculos, o que se poderia obter através de rápidos inquéritos de opinião ou de contactos extra-partidárias nesses dois Sectores.

A Comissão Política alertou, a propósito, para o facto de se ter presente que, a partir da eleição dos órgãos municipais, deixa de ter grande relevância a questão suscitada, para além de que essa prática, até então seguida, embora possa favorecer os desígnios de quem pretenda explorar politicamente o regionalismo bairrista, tem favorecido a unidade nacional.

2.2 - Em relação aos restantes candidatos, foi possível dispôr de somente 50 propostas, o que dificultou a apreciação global. No entanto, concluiu-se que a percentagem de jovens e de mulheres em posição elegível baixou, em relação à actual legislatura, facto que deve ser ponderado:

A Comissão Política emitiu várias sugestões com vista à melhoria das listas, círculo por círculo, tendo, em alguns casos, recomendado a rediscussão das propostas com os Comités de Sector e a auscultação de um ou outro Camarada natural dos círculos em relação aos quais se levantaram mais dúvidas. A Comissão Política recomendou, ainda, o seguinte:

a) Melhoria das listas nos círculos maiores, inclusivé com a inclusão de mais candidatos do sexo feminino e de jovens;

b) Nos círculos pequenos, o fenómeno do localismo, deverá ser tida em conta, porquanto aí há que propôr candidatos fortes, que possam garantir os 67% dos votos para se conseguir os dois deputados;

c) Uma vez que a legislação actual permite a inclusão de 2 a 5 suplentes, em alguns círculos se poderão inscrever vários nomes nessa categoria, com o seu aval prévio, com o fito de prestigiar ainda mais as listas;

d) Não se afigura viável, mormente pelo pouco tempo disponível, adoptar o sistema de consulta popular, anteriormente praticado, para a elaboração das listas, até porque o sistema de eleições é outro;

e) A distribuição restrita do documento em apreço e a sua classificação «confidencial» devem ser aplicadas como medidas de precaução. No entanto, as pessoas que forem sendo eliminadas das listas devem ser contactadas e informadas, pois que acabam sempre por saber que constaram delas;

f) A necessidade de serem contactados, por camaradas responsáveis, eventualmente os actuais cabeças de lista, os deputados desta legislatura cuja recandidatura não foi proposta, a fim de se evitarem melindres e situações embaraçosas;

g) Em relação aos candidatos para os círculos da emigração, torna-se necessário conhecer os resultados finais do recenseamento a fim de se poder elaborar as propostas de nomes;

h) A convocação dos Primeiros Secretários dos Sectores de S. Vicente, do Fogo e da Praia, bem como dos Camaradas José Eduardo Barbosa e Sidónio Monteiro, para reanálise das propostas dos respectivos círculos.

3 - Sobre o Comício de S. Vicente

A Comissão Política considerou que o comício de sábado último, dia 4, foi uma grande concentração de massas em São Vicente, em cuja preparação se envolveram pessoas não militantes e que teria sido uma grande festa política se não fossem as provocações havidas.

Reconheceu, por outro lado, que em São Vicente existe uma corrente bastante agressiva contra o PAICV, de pessoas ligadas ao Padre Fidalgo, ao MpD e à UCID, tendo ficado claro, através dos cartazes e vivas dos contramanifestantes que as pessoas que estimularam os distúrbios e as agressões a militantes do Partido, estão com o MpD.

Aliás essas acções foram previamente organizadas através de acções várias, de que se destacam a distribuição prévia de panfletos convidando as pessoas a abandonarem o comício no momento em que o Secretário-Geral do PAICV iniciasse a sua intervenção e a venda do «Terra Nova» junto do Tribunal e no largo da Igreja, por três conhecidos oposicionistas do regime em Mindelo.

A esse propósito, a Comissão Política concluiu que:

a) Existe um clima que pode gerar insegurança nas pessoas em S. Vicente, correndo a Polícia riscos de se desacreditar, pelo que há necessidade de se tomar medidas que contrariem tais tendências.

b) Alguns dos identificados pelas forças da ordem como estando envolvidos nos distúrbios referidos já estiveram presas 10 e 11 vezes, o que demonstra o grau de delinquência das pessoas utilizadas pela oposição que, nitidamente, com esses actos, parece pretender justificar a presença de observadores estrangeiros nas eleições, que vêm reclamando;

c) Face aos acontecimentos, que são uma repetição do que se passou em Santa Catarina e no Sal e que revelam as preocupações da oposição e a sua forma demagógica de actuação, a Comissão Política emitirá um comunicado denunciando esses actos indecorosos e provocatórios e responsabilizando as forças oposicionistas, pois que é preciso leva-las, ao menos, a declarem que nada têm a ver com essa gente e a se demarcarem.

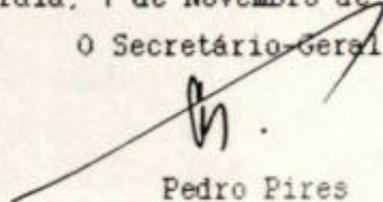
O comunicado deverá também felicitar e encorajar os militantes e amigos do Partido pelo trabalho realizado, bem como agradecer a participação, o apoio e o civismo da população daquela ilha, que não abandonou o local senão depois do fim do comício. A Comissão Política acordou na necessidade de, formalmente, o Partido levar os acontecimentos ao conhecimento do Presidente da República, para que ele possa ter esses dados em conta nos seus contactos com as outras formações políticas;

e) No Fogo e no Sal, registaram-se, recentemente, tentativas de contramanifestações por parte de apoiantes do PAICV, desaconselhados atempadamente por responsáveis partidários locais, facto que leva a que se busque um entendimento nessa matéria com a oposição, a fim de se evitarem radicalismos;

f) O Partido tem necessidade de, rapidamente, aprender a técnica de segurança das reuniões, a fim de melhor assegurar, pelos seus próprios meios, a realização de actos da envergadura do em apreço. Para tal, fica o Secretariado encarregado de tomar medidas pertinentes.

Praia, 7 de Novembro de 1990

O Secretário-Geral



Pedro Pires



PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE
Conselho Nacional

REUNIÃO DO SECRETARIADO NACIONAL

Dia: 5.11.90

A reunião contou com a presença dos Camaradas Presidentes das Comissões do CN, Adão Rocha, Aristides Lima, Basílio Ramos, Orlando Pires e José Carlos Delgado e, ainda, do Camarada Mário Matos.

1 - Sobre a aquisição de material de propáganda

Tendo em consideração o regresso da Alemanha da delegação do Partido e a deslocação, nos próximos dias, do Camarada Olívio Pires à Espanha e a necessidade de ultimar as encomendas de material de propáganda na sua passagem por Portugal, o Secretariado Nacional decidiu que:

- a) Se torna necessário elaborar um orçamento das despesas para as eleições, a fim de não se ultrapassarem as reais possibilidades do Partido;
- b) Em virtude de se ter de custear as despesas com a confecção de material de propáganda nas Empresas do Partido Socialista Português, o Partido deverá encomendar a essas Empresas somente os chaveiros, canetas, bolsas de plástico, pendões, balões e bonês de papel, devendo-se investigar os custos das camisolas noutras firmas portuguesas, a fim de se descobrir um preço mais conveniente;
- c) O Partido deverá solicitar um empréstimo de 9.000 a 10.000 contos ao Banco de Cabo Verde para as despesas da campanha, o que poderá vir a ser coberto, total ou em grande parte, com a contribuição prevista na Lei dos Partidos Políticos para essa actividade específica;
- d) A encomenda a ser feita a Portugal não excluiu a hipótese do eventual apoio de militantes e amigos do Partido, nomeadamente em Holanda e E.U.A.

2. Sobre a convenção do MpD

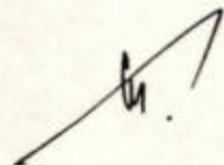
O Secretariado Nacional considera que, desde já, o Partido deveria trabalhar no sentido da desmontagem dos documentos do MpD e, nesse particular, recomendou:

- a) A constituição de uma equipa, constituída pelos camaradas Aristides Lima, Mário Matos e, ainda, do Gabinete de Imprensa, para dar tratamento aos mencionados documentos e veicular a posição do Partido através dos órgãos de comunicação social. Essa actividade não exclui, no imediato, uma entrevista de um Dirigente Nacional a esse propósito, pois que considera-se que grande parte das ideias ora avançadas pelo MpD são concepções do PAICV, algumas das quais vem sendo veiculadas desde o II Congresso.

Essa equipa deverá estruturar-se e distribuir tarefas entre si, de forma que cada um, individualmente, se encarregue e ataque numa dada direcção, especializando-se nesse domínio, para uma intervenção até ao final da campanha.

A esse propósito, ainda, o Secretariado Nacional considerou que a única forma de combater a demagogia da intervenção do MpD, é levar a que as pessoas concluam que, com somente 6 meses de existência, este não oferece garantias, ao passo que, em 1975, o PAIGC já tinha 18 anos de vida e toda uma história que era conhecida em Cabo Verde e no mundo.

- b) Uma maior difusão da Plataforma Programática do Partido e bem assim do documento referente à revisão constitucional, por se considerar oportuno o seu conhecimento por um maior número de pessoas, visto ter sido insuficiente a divulgação feita através do jornal «Tribuna»;
- c) Um reforço das directivas aos Sectores no sentido de, nesta fase, os responsáveis se deslocarem a todas as localidades de sua área de jurisdição e, ainda, aos camaradas membros da Direcção Nacional que acompanham os ditos Sectores para que passem a estar e a apoiar mais de perto os trabalhos dos camaradas no terreno. Neste sentido, pois, se deve reforçar a deslocação dos membros do Conselho Nacional aos Sectores.

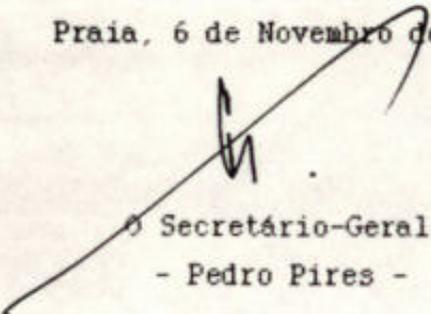


3 - Sobre o Comício do S.Vicente

A grande concentração de massas do dia 4, em S.Vicente, representa uma maior afirmação do PAICY naquele Sector e de solidariedade para com o Partido, facto que ficou bem patente pois, apesar da provocação e dos distúrbios de um grupo de desordeiros organizados, os assistentes se mantiveram presentes e serenos até ao fim do comício. A esse propósito, o Secretariado Nacional recomendou:

- a) Ao Sector de S.Vicente que preste uma atenção especial às personalidades amigas que apoiaram na organização e estiveram no comício;
- b) A apreciação pela Comissão Política dos acontecimentos de S.Vicente, ficando assente que esse órgão deverá emitir um comunicado exprimindo a posição da Direcção Nacional do Partido, pois que há necessidade de levar uma mensagem ao povo de S.Vicente, que ficou chocado com as arruaças e, ao menos, para também levar as forças da oposição, o MpD, concretamente, a demarcar-se dos provocadores e a vir publicamente declarar que nada tem a ver com esses acontecimentos;
- c) Para além do comunicado, a elaboração de artigos, pela positiva, nos órgãos escritos da comunicação social, para se dizer aquilo que não é possível dizer através do aludido comunicado, devendo-se estabelecer a ligação entre as provocações nos comícios de Sta Catarina, Sal e S.Vicente.

Praia, 6 de Novembro de 1990


O Secretário-Geral
- Pedro Pires -